



4º SEMINÁRIO SOBRE CONTROLE
E AUDITORIA INTERNA DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

22 de novembro • João Pessoa/PB

CONTROLE INTERNO NOS MUNICÍPIOS: DIAGNÓSTICO E DESAFIOS

Luis Augusto P. Rocha

DIAGNÓSTICO NACIONAL DO **CONTROLE INTERNO**

Uma avaliação do nível de
estruturação das Unidades
Centrais de Controle Interno
do Poder Executivo dos
Municípios Brasileiros baseada
no COSO I e IA-CM

ORGANIZADORES

O **Conselho Nacional de Controle Interno** (Conaci) e o **Banco Mundial** promoveram o Diagnóstico Nacional de Controle Interno nos Municípios com o objetivo de mensurar o nível de estruturação das Unidades Centrais de Controle Interno (UCCIs) dos municípios.



CRONOLOGIA

Diagnóstico Nacional de Controle Interno nos Municípios



Março 2022

Divulgação

Cards e release com informações sobre a pesquisa, visando a resposta dos municípios.

Maio 2022

Fim do prazo

1.807 municípios brasileiros responderam o questionário.

Até maio 2023

Análise

Especialistas da área analisaram as respostas durante 12 meses para avaliar o nível de estrutura das UCIs municipais.

Junho 2023

Diagnóstico

Divulgação do Diagnóstico Nacional de Controle Interno nos Municípios.

METODOLOGIA DOS ESTUDOS



Estrutura de Controle Interno - COSO I

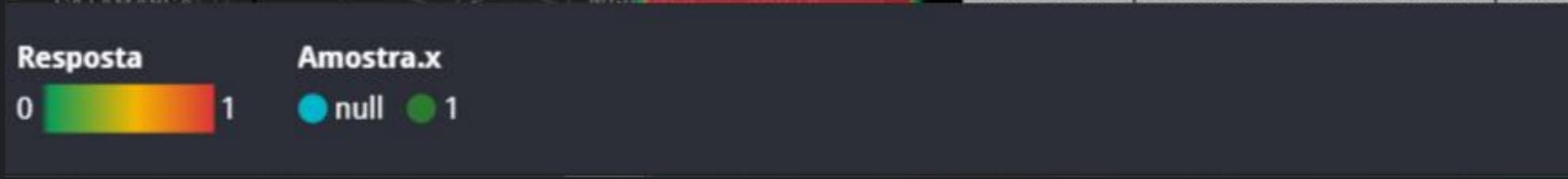
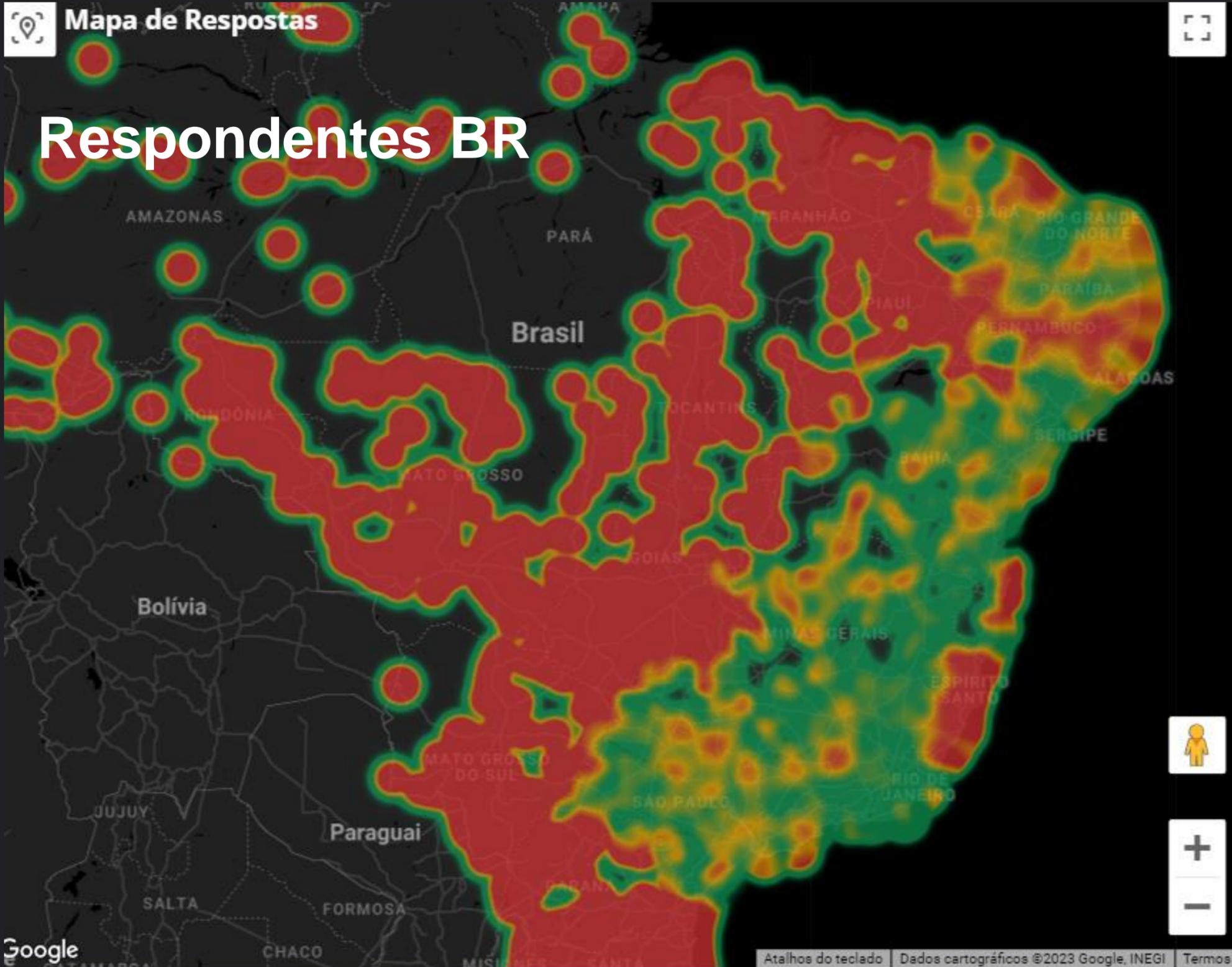
Avaliou cinco componentes considerados essenciais de acordo com as recomendações do COSO I:

- Ambiente de Controle;
- Avaliação de Risco;
- Atividades de Controle;
- Informação e Comunicação;
- Monitoramento.

IA-CM

Utilizou o IA-CM como metodologia da Auditoria Interna, considerando no modelo de três linhas de defesa, a seguinte linha:

- **Terceira linha:** Órgão Central de Controle Interno e Tribunal de Contas.



Total de Municípios Considerados:

Total de Respostas Completas registradas:

5.564

1.785

32,08%

Total de Municípios Amostrados:

974

% de Cobertura da Amostra:

354

36,34%

Porte dos municípios:

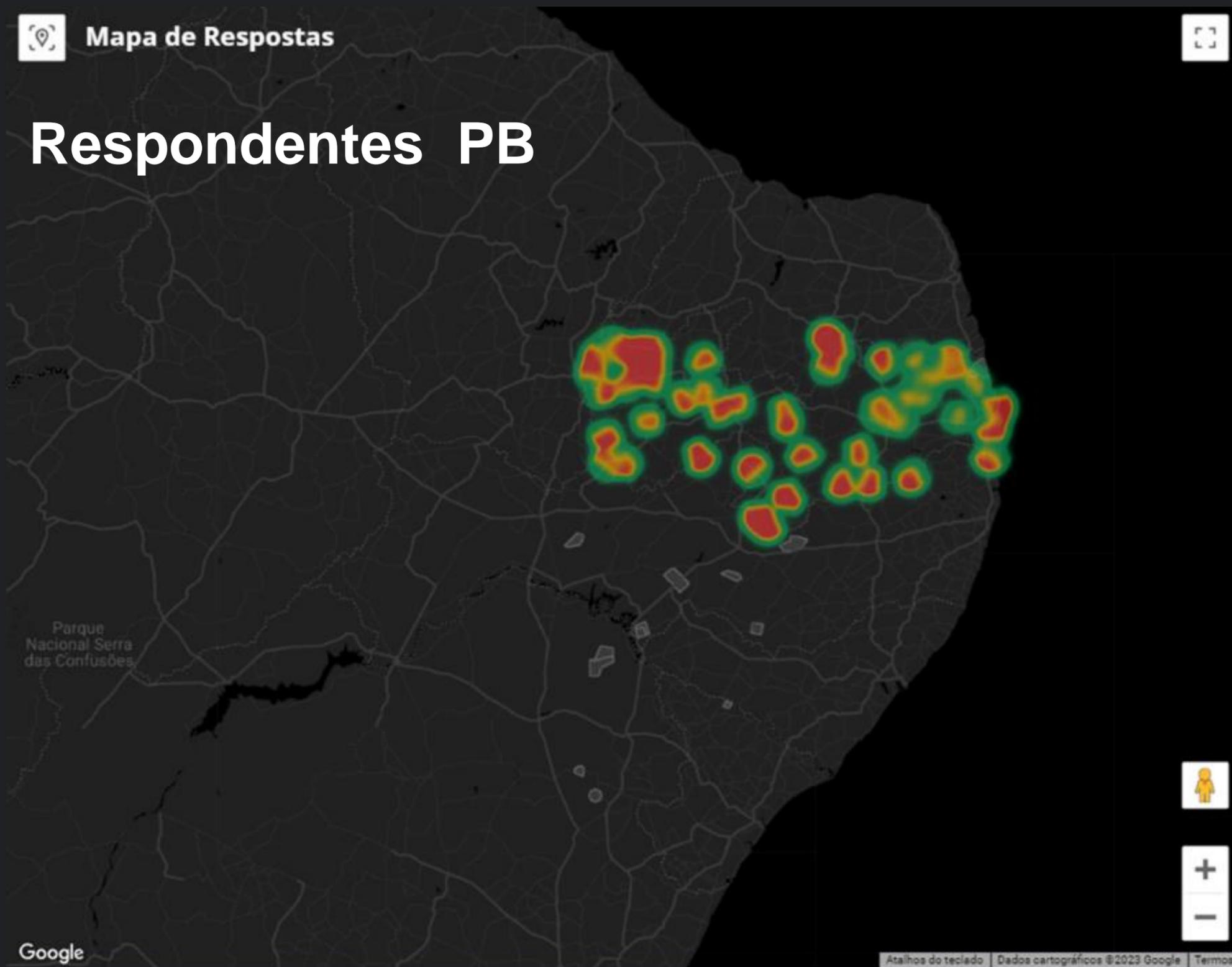




Mapa de Respostas



Respondentes PB



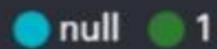
Google

Atalhos do teclado Dados cartográficos ©2023 Google Termos

Resposta



Amostra.x



Total de Municípios Considerados:

223

Total de Respostas Completas registradas:

57

25,56%

Total de Municípios Amostrados:

42

% de Cobertura da Amostra:

11

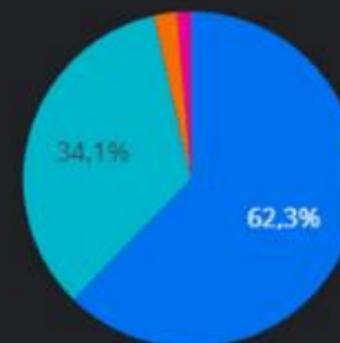
26,19%

Porte dos municípios:

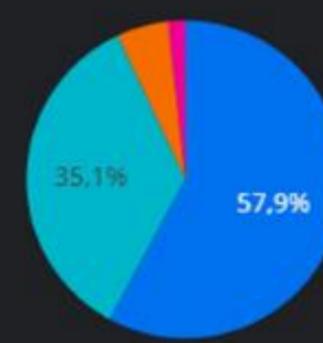
Universo

vs

Respondentes



- Micro
- Pequeno
- Médio
- Grande



- Micro
- Pequeno
- Médio
- Grande

RESULTADOS

Diagnóstico Nacional de Controle Interno nos **Estados e Capitais**.

Os resultados foram compilados no **Índice Sintético de Controle Interno (ISCI)**, um indicador único que expressa o quanto a estrutura de CI do ente federativo está aderente às expectativas sugeridas pelo modelo **COSO I**. O ISCI varia entre **0** (município/estado sem unidade de Controle Interno) e **1** (município/estado mais aderente às recomendações COSO).



Escaneie o Qr Code
para saber mais

Faixa	Intervalo	Nível de Estruturação do IC	Escala de Cor
0	0	Sem Unidade de Controle Interno	
1	0.01 ↔ 0.20	Nível B3	
2	0.21 ↔ 0.40	Nível B2	
3	0.41 ↔ 0.60	Nível B1	
4	0.61 ↔ 0.80	Nível A2	
5	0.81 ↔ 1	Nível A1	

Resultados Gerais

Tabela 5 - Resultados Nacionais do ISCI por cada uma das cinco dimensões avaliadas

Id	Dimensões	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Escala de Cor
i	Ambiente de Controle	17.42	26.1	0	100	
ii	Avaliação de Risco	43.41	29.4	0	98.6	
iii	Atividades de Controle	45.31	32.5	0	100	
iv	Informação e Comunicação	60.98	41.1	0	100	
v	Monitoramento	35.25	25.7	0	75	
vi	Índice Sintético de Controle Interno (ISCI)	40.5	26.5	0	91.69	

Tabela 6 - Resultados Macrorregionais do ISCI por cada uma das cinco dimensões avaliadas

Região do país	Ambiente de Controle	Avaliação de Risco	Atividades de Controle	Informação e Comunicação	Monitoramento	Índice Sintético de CI	Nível de Estruturação do IC	Escala de Cor
Norte	21.23	40.99	43.00	56.05	33.18	38.89	Nível B2	
Nordeste	16.90	38.49	42.92	58.89	33.81	38.20	Nível B2	
Centro-Oeste	22.16	49.25	49.71	69.07	39.18	45.88	Nível B1	
Sul	14.84	51.84	52.46	66.83	39.13	45.02	Nível B1	
Sudeste	15.55	41.39	41.27	55.85	32.56	37.33	Nível B2	
Nacional	17.42	43.41	45.31	60.98	35.25	40.5	Nível B1	

Tabela 7 - Resultados Estaduais do ISCI por cada uma das cinco dimensões avaliadas

UF	Ambiente de Controle	Avaliação de Risco	Atividades de Controle	Informação e Comunicação	Monitoramento	Índice Sintético de CI	Nível de Estruturação do IC	Escala de Cor
Roraima	9.38	39.40	34.72	56.25	28.13	33.57	Nível B2	
Minas Gerais	13.60	35.82	37.21	51.74	28.95	33.47	Nível B2	
Bahia	17.31	34.46	33.95	51.06	30.00	33.36	Nível B2	
Tocantins	14.29	32.52	35.34	44.05	23.81	30.00	Nível B2	
Acre	13.24	28.12	30.43	31.62	20.59	24.80	Nível B2	
Paraíba	10.78	24.73	28.38	37.72	21.55	24.63	Nível B2	
Piauí	10.42	26.01	21.84	38.02	21.35	23.53	Nível B2	
Nacional	17.42	43.41	45.31	60.98	35.25	40.5	Nível B1	

MÉDIA NACIONAL

Ambiente de Controle



Avaliação de Risco



Atividades de Controle



Informação e Comunicação



Monitoramento



PARAÍBA

Ambiente de Controle



Avaliação de Risco



Atividades de Controle



Informação e Comunicação



Monitoramento



Desvio-Padrão
18,0
Min. Max.
0 75

Desvio-Padrão
28,8
Min. Max.
0,0 86,0

Desvio-Padrão
31,9
Min. Max.
0,0 92,1

Desvio-Padrão
39,8
Min. Max.
0,0 100,0

Desvio-Padrão
24,0
Min. Max.
0,0 75,0

Resultados



Cerca de 25% dos municípios do país não apresentam UCCI estruturadas. Dentre os que apresentam algum nível de estruturação, 83% contam com equipes com quantidade de funcionários(as) inferior a cinco pessoas. Vale ressaltar que as estatísticas apresentadas ao longo deste relatório referem-se aos municípios que apresentam algum nível de estruturação das UCCI, no âmbito do Poder Executivo municipal.

Ao realizar o cruzamento do indicador utilizado para mensurar o nível de estruturação das UCCI em relação ao contexto socioeconômico do município, percebe-se uma relação diretamente proporcional entre UCCI, porte do município, arrecadação, IDH-M, urbanização e PIB. Isso não significa uma relação de causalidade entre as variáveis expressas e a estruturação de UCCI, mas indica que, quanto maior o porte do município, sua arrecadação, índices de urbanização e PIB, ampliam-se as chances de encontrar uma UCCI mais estruturada.



Resultados

Menos de 3% das UCCI possuem alto nível de estruturação (ISCI nível A1 ou maior que 80). Pouco mais de 23% das UCCI estão em nível intermediário-superior de estruturação (ISCI nível A2 ou entre 60 e 80).

Entre as dimensões avaliadas pelo ISCI, o **Ambiente de Controle** é a **menos estruturada entremeio as UCCI do Poder Executivo municipal**. Isso se deve a uma tímida presença de Programas de Integridade para além de uma rarefeita incorporação de frameworks, internacionalmente reconhecidos, voltados para orientação das práticas de controle e gerenciamento de riscos, bem como da ausência de uma prática de monitoramento e avaliação das políticas públicas que estão sob o escopo do município.



Mais de 90% dos municípios não possuem Programas de Integridade próprios. Quase 70% dos municípios que possuem algum nível de estruturação das UCCI não se inspiram em metodologias/frameworks internacionais para orientar o trabalho da UCCI.

Resultados

A Região Sudeste apresenta a pior média do ISCI entre as macrorregiões, muito em decorrência da concentração de um elevado número de municípios de pequeno porte em estados como Minas Gerais e São Paulo. Tais municípios apresentam baixa capacidade financeira e técnica para estruturação de UCCI, seguindo os pressupostos de Controle Interno aqui trabalhados (COSO I).

Pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos municípios que possuem estruturas de UCCI, no âmbito do Poder Executivo, atuam com Correição.

A Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) completa 10 anos neste ano de 2023 e, apesar de sua longevidade, ela ainda não é regulamentada em quase 60% dos municípios brasileiros. Este cenário afeta, sensivelmente, a aplicação da lei, na medida em que a ausência de regulamentação leva, dentre outras questões, a uma ausência de vinculação da lei aos mecanismos mobilizados para fazê-la cumprir.

Resultados

Em quase metade dos municípios que contam com Unidades Centrais de Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo, não existem ações voltadas para o acompanhamento da execução de políticas públicas, o que é um indicativo, nesses casos, de uma baixa vinculação e/ou atenção das UCCI às atividades finalísticas dos municípios. Tal cenário ameaça a efetividade do controle no processo de melhoria dos resultados e impactos das políticas públicas na sociedade.

Em quase 50% dos municípios que contam com Unidades Centrais de Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo, não há exigência de algum tipo de enquadramento específico de quem ocupará o cargo de responsável pela UCCI (efetivo de carreira, possuidor de vínculo com outros entes federativos etc.).



MACROFUNÇÕES DO CONTROLE INTERNO

CORREIÇÃO

TRANSPARÊNCIA



AUDITORIA

OUVIDORIA

INTEGRIDADE

CORREIÇÃO

TRANSPARÊNCIA

SINDICÂNCIA
PATRIMONIAL

PROCESSO
ADMINISTRATIVO DE
RESPONSABILIZAÇÃO

AGREGAR
VALOR A
GESTÃO

PROGRAMA DE
INTEGRIDADE

LGPD

AUDITORIA
BASEADA EM
RISCOS



LEI DE ACESSO
À
INFORMAÇÃO



RANKING DE
TRANSPARÊNCIA

LEI ANTI
CORRUPÇÃO



AUDITORIA DE
DESEMPENHO



CANAL DE
DENÚNCIA



CONFLITO DE
INTERESSES

ACORDO DE
LENIÊNCIA

GESTÃO
DE RISCOS

IACM

CÓDIGO DE
ÉTICA

NEPOTISMO

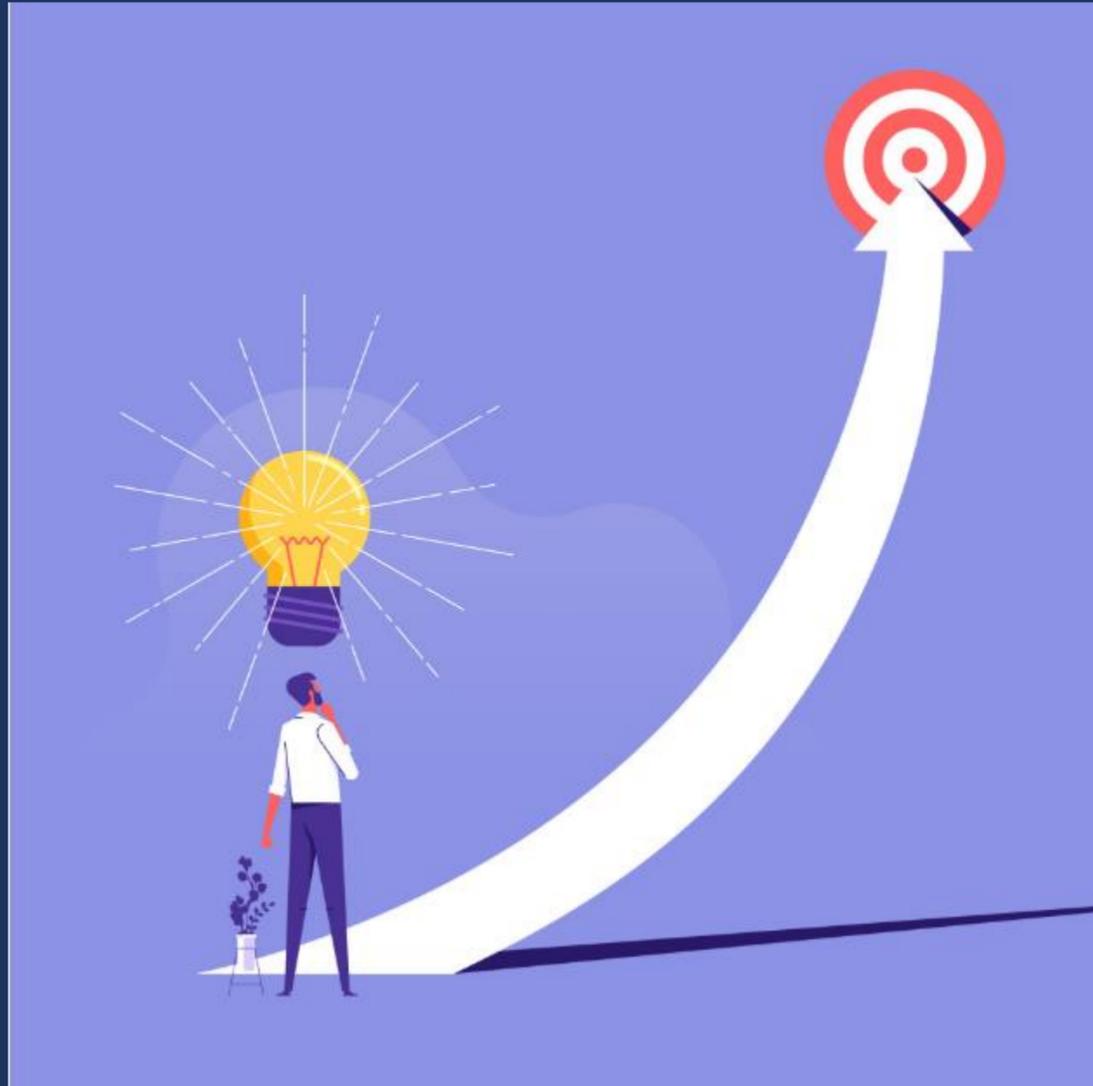
AUDITORIA

OUVIDORIA

INTEGRIDADE



Imagem gerada por IA



**ESTRATÉGIA
FOCO
SUSTENTÁVEL**



- **NÃO CONTROLE CARIMBO**
- **INSPEÇÃO CONFORMIDADE**
- **CHECKLIST**
- **FORTALECIMENTO 1ª LINHA**
- **MANUAL DE AUDITORIA**
- **CAPACITAÇÃO**
- **MONITORAMENTO RECOMENDAÇÕES**

AUDITORIA

CORREIÇÃO



- SISTEMA DE CORREIÇÃO
- CÓDIGO DE ÉTICA / ESTATUTO
- REGULAMENTAR PROCESSO ADMINISTRATIVO
- CAPACITAÇÃO



- SISTEMA DE OUVIDORIA
- CAPACITAÇÃO SERVIDORES
- FERRAMENTA ELETRÔNICA

OUVIDORIA

TRANSPARÊNCIA



- REGULAMENTAR LAI
- PORTAL ÚNICO TRANSPARÊNCIA



- **SENSIBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES**
- **CANAL DE DENÚNCIA**
- **GESTÃO DE RISCOS**

INTEGRIDADE

REQUISITOS:

PATROCÍNIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS FINANCEIROS

PESSOAL

PROCESSOS DE TRABALHO (SISTEMAS, NORMATIVOS)

FONTES DE APOIO:

CONACI

CGE/PB, FOCCO

CGU

OUTRAS CONTROLADORIAS (CONECI)



**OBRIGADO POR
SUA ATENÇÃO!**

Luis Augusto Peixoto Rocha
Auditor Geral do Estado da Bahia
lrocha@sefaz.ba.gov.br

